

# PROCESSO CIVIL EMPRESARIAL

Coordenação:  
**Marco Aurélio Bellizze  
Oliveira**

**Marco Antonio  
Rodrigues**

**Thiago Dias Delfino  
Cabral**

**Autores:**

Alberto Lucas A. da Costa Trigo  
Alex Velmovitsky  
Antonio Pedro Garcia de Souza  
Antonio Augusto Tiburcio  
Bruno Ferreira Soares Batista  
Bruno Prima  
Cassio Scarpinella Bueno  
Cláudia Gruppi Costa  
Davi Amaral Hibner  
Eduardo Barbeito de V. M. Castro  
Eduardo Talamini  
Elias Marques de Medeiros Neto  
Fábio Ulhoa Coelho  
Flávia Pereira Hill

Fernanda Vogt  
Fredie Didier Jr.  
Gabriela de Oliveira Junqueira  
Gilberto Fachetti Silvestre  
Guilherme Setoguti J. Pereira  
Gustavo José Mizrahi  
Gustavo Lacerda Franco  
Humberto Dalla Bernardina de Pinho  
João Guilherme Rache Gebran  
Júlia Lipiani  
Leandro Santos Aragão  
Luiz Roberto Ayoub  
Marco Antonio Rodrigues  
Marco Aurélio Bellizze Oliveira  
Marco Félix Jobim

Mariana Pargendler  
Matheus Sousa Ramalho  
Michel Glatt  
Paulo Henrique dos Santos Lucon  
Pedro Affonso Homem de Carvalho  
Pedro Freitas Teixeira  
Rodrigo Farias  
Rogerio Licastro  
Sérgio Campinho  
Sheila C. Neder Cerezetti  
Teresa Arruda Alvim  
Thiago Dias Delfino Cabral

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorreia@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorreia@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

C117r Cabral, Thiago Dias Delfino  
Processo Civil Empresarial / Marco Aurélio Bellizze Oliveira, Marco Antonio Rodrigues,  
Thiago Dias Delfino Cabral – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.  
672 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-5680-671-6.

1. Direito Comercial. 2. Direito Processual Civil. I. Oliveira, Marco Aurélio Bellizze. II. Rodrigues, Marco Antonio. III. Cabral, Thiago Dias Delfino. IV. Título.

CDD: 342.2

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Capítulo 1 ► Negócios Jurídicos Processuais em Contratos Empresariais .....</b>	<b>21</b>
<i>Fredie Didier Jr., Júlia Lipiani e Leandro Santos Aragão</i>	
1. Introdução .....	22
2. Os negócios jurídicos processuais e a cláusula geral de negociação sobre o processo ...	23
2.1. Nota introdutória .....	23
2.2. Os requisitos de validade dos negócios jurídicos processuais. Algumas diretrizes para exame da licitude do objeto de negócios jurídicos processuais atípicos .....	24
3. Os contratos empresariais .....	30
4. Os negócios jurídicos processuais em contratos empresariais .....	33
4.1. Generalidades .....	33
4.2. Exemplos de negócios jurídicos processuais em contratos empresariais em espécie .....	36
4.2.1. Foro de eleição .....	36
4.2.2. Cláusulas relativas a provas: responsabilidade pela guarda de documentos; impossibilidade de inversão jurisdicional do ônus da prova; limitação do meio de prova de determinado fato .....	38
4.2.3. Cláusulas relativas à impossibilidade de execução provisória e à impenhorabilidade de certos bens.....	40
4.2.4. Cláusula relativa à renúncia ao direito de interposição de recurso.....	40
4.2.5. Cláusula relativa à limitação ao exercício do direito de ação.....	42
5. Conclusão .....	43
Bibliografia .....	44
<b>Capítulo 2 ► Reflexões Sobre o Artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública do Brasil.....</b>	<b>47</b>
<i>Elias Marques de Medeiros Neto</i>	
Introdução.....	47
1. A marcha dos direitos fundamentais e o processo civil .....	48
2. O microsistema contemporâneo da tutela de direitos difusos e novas perspectivas.....	51
3. Coisa julgada e ação civil pública.....	52
4. A necessária dinâmica da conexão e da prevenção entre as ações coletivas no ordenamento jurídico brasileiro .....	56
5. A litispendência na tutela de interesses coletivos .....	58
6. Termo de ajustamento de conduta nas ações coletivas .....	60
7. Conclusão .....	61
Referências.....	63

<b>Capítulo 3 ► Impressões sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC de 2015 .....</b>	<b>65</b>
<i>Cassio Scarpinella Bueno</i>	
1. Introdução .....	65
2. Considerações iniciais .....	66
3. Legitimidade .....	67
4. Hipóteses .....	68
5. Cabimento .....	70
6. Anotação no distribuidor .....	72
7. Desconsideração requerida com a petição inicial .....	73
8. Suspensão do processo .....	74
9. Pressupostos de instauração .....	75
10. Admissão do incidente .....	76
11. Citação e manifestação do sócio ou da pessoa jurídica .....	76
12. Tutela provisória .....	77
13. Julgamento e recursos .....	78
14. Efeitos do julgamento .....	81
15. Coisa julgada .....	81
16. Despesas e honorários advocatícios .....	82
17. Embargos de terceiro .....	83
18. Fraude à execução .....	83
Bibliografia .....	84
<b>Capítulo 4 ► Notas sobre a Legitimidade Passiva no Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....</b>	<b>87</b>
<i>Fábio Ulhoa Coelho</i>	
1. Introdução .....	87
2. A distorção da teoria da desconsideração no Brasil .....	88
3. Ineficácia da autonomia patrimonial .....	91
4. Ineficácia-sanção e ineficácia simples .....	92
4.1. Ineficácia simples da autonomia patrimonial no direito do trabalho .....	93
4.2. A técnica legal de definição de “responsável” no direito tributário .....	95
4.3. Os beneficiários indiretos .....	96
5. Conclusão .....	97
<b>Capítulo 5 ► Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015: Não há um Admirável Mundo Novo, há a Necessária Reiteração do Óbvio.....</b>	<b>99</b>
<i>Rogério Licastro</i>	
1. Que não se diga que apenas agora temos um procedimento para fins de desconsideração da personalidade jurídica.....	99

2. A atividade econômica exercida por pessoa jurídica: princípio da autonomia patrimonial .....	100
3. Desconsideração da personalidade jurídica: <i>habemus processus</i> .....	102
4. Vigente o CPC/2015, não aplicar as regras de seus arts. 133 e ss. é optar intencionalmente pela ilegalidade .....	104
5. As causas da desconsideração da personalidade jurídica .....	106
6. O procedimento estabelecido no CPC/2015 para a desconsideração da personalidade jurídica: aspectos relevantes.....	107
7. Tutelas de urgência e desconsideração da personalidade jurídica .....	110
8. O marco temporal da desconsideração da personalidade jurídica relativamente às alienações efetuadas pelo sócio .....	111
9. A posição processual do sócio afetado pela desconsideração: legitimado passivo para a execução .....	114
10. Amplitude de sua defesa à execução que lhe foi redirecionada.....	115

## **Capítulo 6 ► Vida Empresarial e Previsibilidade do Direito – Notas sobre a Modulação ..... 119**

*Teresa Arruda Alvim*

1. Contextualização do problema .....	119
2. Função da jurisprudência como criadora de direito.....	120
3. As origens .....	121
4. Recentes inovações legislativas.....	123
5. A relevância da segurança jurídica .....	125
6. A necessidade de adaptação do direito às alterações da sociedade .....	126
7. Quando o Poder Judiciário deve inovar? .....	128
8. Qual a razão de ser da modulação? .....	131
9. Quando se deve modular? .....	133
9.1. Primeiro critério – preexistência de confiança.....	133
9.2. Segundo critério – áreas rígidas do direito .....	135
9.3. Terceiro critério – prejuízo ao particular .....	136
10. Anotações conclusivas .....	139
Bibliografia .....	139

## **Capítulo 7 ► Da Racionalidade do Direito à Racionalidade da Tutela Jurisdicional: O Processo Empresarial à Luz da Análise Econômica do Direito..... 143**

*Fernanda Vogt*

1. Introdução .....	143
2. Precedentes obrigatórios: uma leitura conjugada à análise econômica do direito processual .....	144
3. Aplicação de modelo racional à dinâmica dos litígios empresariais .....	148
4. Tutela provisória: a programação dos custos do processo nos litígios empresariais .....	152

5. As diretrizes de racionalidade e economicidade no regramento do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	158
6. Conclusão .....	163
Bibliografia .....	164
<b>Capítulo 8 ► Medidas Executivas sobre Sociedades Empresárias .....</b>	<b>169</b>
<i>Luiz Roberto Ayoub</i>	
<b>Capítulo 9 ► O procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX): Reflexões Sobre o Modelo Português em Busca da Efetividade da Execução no Brasil.....</b>	<b>179</b>
<i>Flávia Pereira Hill</i>	
1. O atávico (e cruel) embate entre teoria e prática no Processo Civil: a tão sonhada (e ainda distante) efetividade do processo executivo.....	179
2. Procedimento extrajudicial pré-executivo (PEPEX) português: considerações sobre a Lei nº 32/2014.....	184
3. PEPEX à brasileira: propostas espelhadas no modelo português.....	189
4. Conclusão .....	195
Bibliografia .....	196
<b>Capítulo 10 ► Legitimidade e Interesse nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias .....</b>	<b>199</b>
<i>Eduardo Talamini</i>	
1. Introdução.....	200
2. Legitimidade ativa.....	203
2.1. Facultatividade do litisconsórcio – Legitimação concorrente.....	203
2.2. Legitimidade dos sócios.....	205
2.2.1. Não condicionamento a percentual de participação no capital societário	205
2.2.2. Legitimidade quanto às ações societárias titularizadas em condomínio ...	206
2.2.3. Legitimação do sócio e direito de voto .....	207
2.2.4. Legitimidade do sócio e sua conduta na deliberação.....	208
2.2.4.1. Sócio que votou contrariamente à deliberação .....	208
2.2.4.2. Sócio abstinente e sócio ausente .....	209
2.2.4.3. Sócio impedido de votar .....	210
2.2.4.4. Sócio que votou favoravelmente – Veto à conduta contraditória – Vício de vontade .....	210
2.2.5. Alienação das ações ou cotas societárias: posição do antigo e do novo titular .....	216
2.2.6. Sócio titular de ações ou cotas objeto de restrições, garantias ou limitações.....	217
2.3. Administradores – Ausência de legitimação .....	218
2.4. Conselheiros fiscais – Ausência de legitimação .....	221
2.5. Terceiros.....	221

2.5.1.	Deliberações que atingem diretamente terceiros e deliberações determinantes de condutas subsequentes .....	222
2.5.2.	Sócios, administradores e conselheiros fiscais na condição de terceiros....	224
2.5.3.	Credores da sociedade – Fraude contra credores .....	224
2.5.4.	Debenturistas, titulares de partes beneficiárias e respectivos agentes .....	225
2.5.5.	Credores titulares de garantias sobre as ações societárias.....	225
2.5.6.	Usufrutuário .....	226
2.5.7.	Legitimação extraordinária – Intervenção de <i>amici curiae</i> .....	226
2.6.	Reserva de consideração do caso concreto.....	227
3.	Legitimidade passiva .....	228
3.1.	Impugnação à deliberação com amparo em voto abusivo ou conflituoso.....	229
3.2.	Sócios: assistência litisconsorcial e cumulação com demanda declaratória .....	229
3.3.	Beneficiários da deliberação impugnada: litisconsórcio necessário .....	230
3.4.	Ausência de legitimação passiva dos administradores.....	230
3.5.	Deliberações, na sociedade limitada, que conduzem a alterações do contrato social.....	231
4.	Interesse de agir sob o prisma da necessidade da tutela jurisdicional? .....	231
4.1.	Impugnação anterior ao registro da ata.....	232
4.2.	Possibilidade de recurso administrativo contra o arquivamento do ato no órgão registrário .....	232
4.3.	Ausência de prejuízo em virtude do suposto defeito: questão de mérito.....	234
4.3.1.	Defeito que não repercute sobre a validade da resolução final .....	234
4.3.2.	Resolução final inválida mas que (supostamente) não gera prejuízos .....	235
4.3.3.	Em qualquer caso, questão de mérito.....	235
5.	Interesse processual e possibilidade jurídica .....	236
5.1.	Exemplo de impossibilidade jurídica, no direito comparado.....	238
5.2.	Falsos casos de (im)possibilidade jurídica .....	238
5.2.1.	Anulabilidade da deliberação fundada em voto abusivo.....	239
5.2.2.	Juízo de validade versus juízo de conveniência.....	240
	Bibliografia.....	241
	<b>Capítulo 11 ► A Notificação de Recesso na Sociedade Limitada e a Possibilidade de Retratação.....</b>	<b>245</b>
	<i>Sérgio Campinho</i>	
1.	A natureza do vínculo societário da sociedade limitada.....	245
2.	O desligamento do sócio do vínculo societário .....	247
3.	A retirada de sócio fundada no artigo 1.029 do Código Civil e o modo de seu exercício ..	249
4.	A notificação do recesso .....	251
5.	O recesso manifestado por mandatário.....	253
6.	A retratação de recesso exercitado.....	255
7.	Conclusão .....	257

**Capítulo 12 ► A Dispensa de Citação da Sociedade na Ação de Dissolução Parcial à Luz das Normas Fundamentais do Processo Civil: Problemas e Interpretação ..... 259**

*Marco Antonio Rodrigues e Rodrigo Farias*

1. Introdução.....	259
2. O contraditório enquanto norma fundamental do processo civil brasileiro.....	261
3. A ação de dissolução parcial de sociedade no Código de Processo Civil.....	263
4. A dispensa de citação da sociedade: o confronto do artigo 601, parágrafo único, com o direito fundamental ao contraditório e à eficiência.....	265
5. Uma interpretação possível à luz dos problemas suscitados pelo artigo 601, parágrafo único, no âmbito do direito material e do direito processual .....	269
5.1. Autonomia da pessoa jurídica .....	270
5.2. Legitimidade ativa e passiva e regime de litisconsórcio .....	271
5.2.1. Efeitos da citação?.....	272
6. Conclusão .....	273
Bibliografia .....	274

**Capítulo 13 ► A Apuração de Haveres dos Sócios: Os Caminhos da Jurisprudência e a Interpretação dos Arts. 606 e 607 do Código de Processo Civil ..... 277**

*Antonio Pedro Garcia de Souza*

1. Introdução: a apuração de haveres e sua problemática .....	277
2. A resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios e o heterogêneo tratamento legal para a apuração de haveres.....	280
3. A dissolução do vínculo societário na sociedade de responsabilidade limitada: a construção jurisprudencial e o critério de apuração de haveres previsto no art. 1.031 do Código Civil .....	282
4. A dissolução do vínculo societário na sociedade anônima fechada, os critérios para apuração de haveres e de reembolso do acionista e o tratamento jurisprudencial .....	289
5. O critério previsto no art. 606 do Código de Processo Civil para apuração de haveres nas sociedades anônimas de capital fechado e de responsabilidade limitada e a relativização prevista no art. 607 do mesmo diploma.....	295
6. Conclusão .....	302

**Capítulo 14 ► Critérios para Apuração de Haveres na Ação de Dissolução Parcial de Sociedade à Luz do CPC/2015: Consensualismo, Previsibilidade e Controle Judicial Mínimo ..... 305**

*Antonio Augusto Tiburcio e Michel Glatt*

1. Introdução.....	305
2. Critérios de avaliação de sociedades na ciência das finanças .....	306
3. Panorama legislativo.....	311
4. Panorama jurisprudencial .....	313
5. A prevalência do critério eleito pelo contrato ou estatuto social .....	317
6. Cláusulas patológicas .....	319

7. Controle pelo magistrado?.....	319
8. A omissão do contrato social: há flexibilidade? .....	324
9. Negócio processual sobre a perícia na apuração de haveres .....	332
10. Conclusão .....	332
<b>Capítulo 15 ► A Ação de Exigir Contas Contra o Administrador de Sociedade.....</b>	<b>335</b>
<i>Alex Velmovitsky</i>	
1. Introdução: o direito essencial de fiscalização.....	335
2. Os efeitos da aprovação das contas.....	337
3. Ação de responsabilidade civil contra administrador .....	339
4. A ação de exigir contas conforme o Código de Processo Civil de 2015 .....	341
5. Legitimidade para propositura da ação de exigir contas contra administrador de sociedade anônima.....	343
6. Legitimidade para propositura da ação de exigir contas contra administrador de sociedade limitada .....	345
7. Primeira fase .....	347
8. Decisão que reconhece o direito de exigir contas.....	348
9. Segunda fase.....	349
10. Conclusão .....	353
Bibliografia .....	353
<b>Capítulo 16 ► Ação Autônoma de Exibição de Documentos: Comentários ao Julgamento do Recurso Especial nº 1.803.251/SC .....</b>	<b>355</b>
<i>Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i>	
1. Introdução .....	355
2. A prova no Código de Processo Civil de 2015.....	357
3. A ação de produção antecipada de provas .....	359
4. Ação de exibição de documento e coisa: natureza autônoma ou mero incidente processual?.....	361
5. Conclusão .....	364
6. Referências .....	365
<b>Capítulo 17 ► Exibição de Documentos Societários em Juízo .....</b>	<b>369</b>
<i>Gustavo José Mizrahi e Pedro Affonso Homem de Carvalho</i>	
1. Introdução .....	369
2. Condições da ação .....	370
2.1. Legitimidade ativa.....	372
2.2. Legitimidade passiva.....	376
2.3. Interesse processual .....	379
2.4. Nas sociedades limitadas .....	384

3. Procedimentos.....	386
4. Exceções do requerido à exibição de documentos.....	391
4.1. Impertinência dos argumentos de mérito de eventual demanda principal .....	391
4.2. Período de guarda dos documentos .....	392
4.3. Sigilo empresarial dos documentos .....	394
4.4. Abuso de minoria.....	394
5. Conclusão .....	395
Bibliografia .....	396

**Capítulo 18 ► A crise de sociedades de incorporação imobiliária com patrimônio de afetação: compatibilidade material e processual com a recuperação judicial ..... 399**

*Sheila C. Neder Cerezetti, Gustavo Lacerda Franco e Gabriela de Oliveira Junqueira*

1. Introdução .....	399
2. As finalidades perseguidas na criação do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias: entre o texto legal e o seu pretexto.....	401
3. O patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias em casos de falência ou insolvência civil do incorporador: disciplina legal, funcionamento e a fábula da proteção aos adquirentes .....	403
4. O regime de liquidação do patrimônio de afetação e a recuperação judicial: soluções distintas para problemas distintos.....	406
5. A plena compatibilidade das sociedades incorporadoras dotadas de patrimônio de afetação com o tratamento da crise econômico-financeira na recuperação judicial: aspectos materiais e processuais.....	409
6. Conclusão .....	418
7. Referências Bibliográficas.....	420

**Capítulo 19 ► A Ampliação do *Cram Down* da Lei nº. 11.101/2005 pelo Parágrafo Único do Art. 190 do Código de Processo Civil ..... 423**

*Davi Amaral Hibner e Gilberto Fachetti Silvestre*

1. Introdução .....	423
2. O <i>cram down</i> norte-americano no Brasil e a intervenção material do juízo universal no plano de recuperação judicial .....	425
3. O controle dos negócios jurídicos processuais pelo juízo em caso de vulnerabilidade de uma das partes (parágrafo único do art. 190 do Código de Processo Civil) .....	441
4. O <i>cram down</i> no Brasil após o Código de Processo Civil e a Lei nº. 14.112/2020 .....	453
5. Conclusão .....	456
Bibliografia .....	457

**Capítulo 20 ► A Lei 11.101/2005 e o Código de Processo Civil de 2015: Interpretação Funcional do Agravo de Instrumento ..... 461**

*Pedro Freitas Teixeira e Bruno Prima*

1. Introdução.....	461
--------------------	-----

2. Aspectos gerais .....	462
3. Natureza jurídica .....	463
4. Do agravo de instrumento no CPC/2015.....	464
4.1. Evolução Legislativa .....	464
4.2. Preclusão Elástica .....	466
5. O agravo de instrumento na LREF .....	467
5.1. Considerações Iniciais .....	467
5.2. O Fator Temporal .....	467
5.3. Impactos do Novo CPC/2015 na LREF .....	468
5.4. Revolução Jurisprudencial.....	469
5.5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (“IRDR”) .....	473
5.6. Recursos Repetitivos. Tema Afetado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	474
6. “Novos rumos” – alteração da LREF .....	476
7. Conclusão .....	477
Bibliografia .....	478
<b>Capítulo 21 ► O Contraditório na Recuperação Judicial.....</b>	<b>481</b>
<i>Marco Antonio Rodrigues e Matheus Sousa Ramalho</i>	
1. Introdução .....	481
2. O contraditório e sua influência sobre os agentes que integram o processo .....	482
3. Aspectos particulares do procedimento de recuperação judicial.....	486
4. O contraditório na recuperação judicial .....	494
4.1. Manifestação contrária ao pedido de recuperação judicial .....	495
4.2. Negociações envolvendo o plano de recuperação judicial, apresentação do plano pelo devedor, oposição dos credores ao plano e o voto em AGC.....	498
4.3. A participação do juiz e a possibilidade de interposição de recurso.....	502
4.4. O procedimento judicial de habilitação e impugnação de crédito, que pode ocorrer entre credor-devedor ou entre credor-credor .....	503
4.5. O contraditório entre o devedor e credores não sujeitos à recuperação .....	505
Conclusão.....	508
Bibliografia .....	509
<b>Capítulo 22 ► A Restituição Como Possível Efeito da Sentença Declaratória de Ineficácia Falimentar e o Contraditório do CPC/2015.....</b>	<b>513</b>
<i>Marco Félix Jobim</i>	
1. Introdução .....	513
2. Direito Processual Empresarial e sua subsidiariedade e supletividade frente ao Processo Civil brasileiro: art. 15, CPC/2015 .....	515
2.1. Direito Processual falimentar.....	516
2.2. Ações específicas falimentares .....	518

2.2.1. Ação declaratória de ineficácia.....	519
2.3. A restituição de bens e o processo falimentar.....	521
2.4. O contraditório na declaração de ineficácia .....	522
2.5. O acerto no julgamento da Apelação Cível n. 70026773184 oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul .....	524
3. Considerações finais.....	525
Bibliografia .....	526
<b>Capítulo 23 ► Arbitragem e Relação Entre Demandas à Luz da Jurisprudência do STJ .....</b>	<b>529</b>
<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	
1. Introdução.....	529
2. Breves considerações sobre as relações entre demandas.....	531
3. Relação entre demandas e arbitragem.....	534
4. A jurisprudência do STJ .....	539
5. Considerações finais.....	541
<b>Capítulo 24 ► O Processo Judicial como Bem Público: Da Inconstitucionalidade do Segredo de Justiça em Processos que Versam Sobre Arbitragem .....</b>	<b>543</b>
<i>João Guilherme Rache Gebran e Mariana Pargendler</i>	
1. Introdução.....	543
2. Confidencialidade arbitral, segredo judicial e princípio da publicidade.....	545
3. O princípio da publicidade e o aprimoramento do ordenamento jurídico.....	549
4. O sucesso da arbitragem no Brasil.....	552
5. O segredo de justiça em processos que versam sobre arbitragem no Brasil .....	557
6. A experiência internacional sobre o segredo de justiça em processos que versam sobre arbitragem.....	563
7. Conclusão .....	568
<b>Capítulo 25 ► Confidencialidade, Disclosure e Participação na Arbitragem Societária .....</b>	<b>569</b>
<i>Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo</i>	
1. Introdução.....	569
2. Arbitragem no direito societário .....	571
3. Confidencialidade na arbitragem.....	575
4. A full disclosure nas sociedades anônimas abertas .....	579
5. Confidencialidade e privacidade na arbitragem societária. Regulamento da Câmara do Mercado.....	582
6. A Comissão de Valores Mobiliários e a arbitragem societária .....	587
7. Conclusões .....	589
Bibliografia .....	589

<b>Capítulo 26 ► O Princípio Competência-Competência (kompetenz-kompetenz) não é Absoluto: O Judiciário Pode Apreçar Vícios Evidentes da Convenção Arbitral .....</b>	<b>593</b>
<i>Bruno Ferreira Soares Batista, Cláudia Gruppi Costa e Guilherme Setoguti J. Pereira</i>	
1. Objeto do artigo .....	593
2. O princípio competência-competência e a sua mitigação em casos concretos: doutrina e jurisprudência.....	594
3. Vícios da convenção de arbitragem .....	600
3.1. Inexistência da convenção de arbitragem: ausência dos elementos das circunstâncias negociais e do agente.....	600
3.2. Nulidade da convenção de arbitragem decorrente da incapacidade absoluta.....	604
4. Análise do caso concreto .....	606
5. Conclusão .....	609
Bibliografia .....	610
<b>Capítulo 27 ► Acordo de Acionistas Sobre os Custos da Arbitragem .....</b>	<b>613</b>
<i>Thiago Dias Delfino Cabral</i>	
1. Introdução .....	613
2. A Evolução Histórica da Arbitragem Societária no Brasil.....	614
3. O problema dos custos da arbitragem societária .....	617
4. Acordo de Acionistas sobre os Custos da Arbitragem.....	622
5. Conclusão .....	625
Bibliografia .....	626
<b>Capítulo 28 ► Limites e Possibilidades das Cláusulas de Mediação Isolada e Escalonada em Conflitos Empresariais .....</b>	<b>629</b>
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
1. A resignificação do Princípio do Acesso à Justiça e concepção contemporânea da jurisdição.....	629
2. A legitimidade dos chamados mecanismos adequados de solução de conflitos no direito contemporâneo .....	632
3. As espécies de convenções existentes no direito brasileiro após o advento do CPC/2015 e das Leis de Mediação e Arbitragem .....	635
4. A relevância da mediação empresarial e as espécies de cláusulas de mediação .....	637
5. Peculiaridades da cláusula escalonada de mediação.....	642
6. Considerações Finais.....	644
Bibliografia .....	647
<b>Capítulo 29 ► A Mediação no Âmbito do Processo de Recuperação Judicial .....</b>	<b>649</b>
<i>Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães Castro</i>	
1. Introdução .....	649
2. O Conceito de Mediação e de Solução Adequada.....	649

3.	O Panorama Atual da Mediação no Brasil .....	653
4.	O Processo de Recuperação Judicial: Rápido Conceito e Focos de Conflito .....	655
4.1.	Conceito e Procedimento .....	655
4.2.	Focos de litígios.....	657
5.	Mediação e Recuperação: o procedimento adequado para a solução adequada .....	659
5.1.	Cabimento e Consolidação em Território Nacional .....	659
5.2.	Principais Benefícios.....	661
6.	Conclusões .....	663
	Bibliografia .....	663